

Natal ou Não Tal?

Imagens textuais do espaço urbano potiguar

Yuri Simonini¹

RESUMO

As transformações físicas empreendidas nas cidades brasileiras – notadamente no Rio de Janeiro –, entre fins do século XIX e início do XX, promoveram uma reação nas formas de representação acerca da cidade do Natal. Mas, como os cronistas traduziam suas próprias ideias de cidade para espaço urbano da capital potiguar? Compreender, portanto, as formas de representação literária sobre Natal se constitui o objetivo deste artigo. Parte-se da premissa que ao partir das maneiras de representação desses intelectuais sobre a cidade, é possível perceber as formas ideais urbanas que almejavam ao criticar o espaço construído ao mesmo tempo em que revelavam uma cidade real. Para tanto, recorreu-se a obras literárias de cronistas potiguares ainda pouco estudadas que desvelam uma Natal que buscava se introduzir no cenário capitalista mundial.

Palavras-chave: Obras literárias; ideários; Representações; Natal, RN

ABSTRACT

The physical transformations undertaken in Brazilian cities – especially in Rio de Janeiro – from the late nineteenth and early twentieth century, promoted a reaction in the form of representation on the city of Natal. But, as the chroniclers translated their own ideas for urban city of Natal? Understand, therefore, forms of literary representation of Natal, is the purpose of this article. It starts from the premise that the ways of representation of these intellectuals about the city is possible to realize the ideal forms that aspired to criticize built space at the same time revealing a real city. To this end, it used a little-studied literary works from “potiguares” chroniclers that reveal Natal which sought to introduce into the capitalist world scenario.

Keywords: Literary works; ideals; Representations; Natal,RN

¹ Historiador, Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte UFRN, e investigador do grupo de pesquisa História da Cidade, do Território e do Urbanismo, do departamento de Arquitetura dessa mesma universidade.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A cidade europeia se consolidou como o principal centro capitalista do mundo ocidental, principalmente a partir do século XIX, e o seu estilo de vida cosmopolita logo começaria a ser copiado por outras cidades não-europeias. Entretanto, as diversas transformações, gestadas – fundamentalmente – a partir da Idade Moderna, trouxeram a tona os problemas urbanos decorrentes que se agravavam, na medida em que ocorria o aumento populacional nas cidades. A cidade dava indícios do alto preço a ser pago na incessante busca pela civilização e pelo progresso que a acompanhava. A poluição no ar, o lixo e esgoto nas ruas e o aumento e concentração dos vícios morais (como, por exemplo, o jogo e a prostituição), levariam as classes de maior poder aquisitivo a uma fuga da cidade – ou, na expressão da época, *Fugere Urbem*². É nesse momento que a cidade, considerada uma “entidade social” se torna um “foco favorito da reflexão crítica sobre as condições e as perspectivas do homem moderno” (SCHORSKE, 2000, p.17).

Assim, diversas cidades cresceram – tanto em tamanho como em população – transformando-se em verdadeiras “metrópoles”, ao extrapolar seus limites territoriais originais. Ao contrário das cidades medievais, as novas cidades viviam uma relativa mobilidade social a partir do amadurecimento das identidades de classe. Em conjunto com a alta densidade populacional, criaram uma cidade heterogênea e múltipla, possibilitado principalmente por reunir condições históricas e econômico-sociais que desencadearam as revoluções no modo de pensar e construir a realidade (LANNA, 1996).

Como contraponto, em pleno século XIX, a cidade brasileira ainda possuía diversas marcas coloniais no seu espaço intra-urbano com a manutenção de duas atividades econômicas: a primária e a terciária. Cidades, em sua maioria, que ainda não possuíam características eminentemente urbanas – em comparação com as cidades europeias – se restringindo apenas a um local de encontros esporádicos para troca de mercadorias³. Não havia uma possibilidade de mobilidade social e ainda contava com uma estrutura social rígida, não permitindo uma múltipla diversificação social, encontrada nas contrapartes ditas “civilizadas”. Por isso, ao se manter a distância entre os elementos constituintes da sociedade

² Para uma percepção da vida urbana e industrial, cf. HALL, Peter. Cidade da noite apavorante. In: _____. *Cidades do Amanhã*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

³ Alguns desses traços coloniais seriam as ruas estreitas e sinuosas, a falta de um sistema de saneamento e abastecimento de água, casas construídas sem preocupações estético-urbanísticas – notadamente europeus – entre outros.

brasileira – notadamente a elite e as camadas populares – a questão urbana se manteve dissociada da questão social.

Nos primeiros anos republicanos, as novas elites dirigentes começavam a procurar maneiras de se moldar segundo os modelos estrangeiros de estruturação das cidades. A elite dominante da época, a partir do intermédio dos intelectuais⁴ que compunham suas fileiras, defendia uma mudança no viver urbano brasileiro ao mesmo tempo em que enfatizava o Estado como o único capaz de levar a cabo tais transformações. Isso ocasionou inúmeros debates entre os grupos sociais que formavam essa elite, dentre eles os engenheiros, profissionais plenamente qualificados, que tomaram a frente com proposições concretas de construção de uma nação vinculada aos ideais de modernização, o que permitiu ocuparem uma posição estratégica nesse processo.⁵

Seja como for, os intelectuais, “fascinados com as ‘novidades’ que chegavam da Europa, com a ciência e o ‘progresso’ europeu”, começaram a perceber as cidades brasileiras sob uma nova ótica, comparando-as diretamente com os modelos europeus (HERSCHMANN, PEREIRA, 1994). Essa comparação acarretou numa representação negativa das nossas cidades, vistas como atrasadas em relação às cidades européias. Isso se dava graças a manutenção de traços coloniais no meio urbano que precisavam ser eliminados na medida em que o Brasil procurava se alinhar aos preceitos urbanísticos e estéticos vindos da Europa. Havia uma crença quase resignada na infalibilidade do progresso que se projetou na mente das elites brasileiras que tentavam reduzir a realidade brasileira, concebendo-a como fruto das mazelas coloniais e escravistas (SEVCENKO, 1999).

O exemplo da capital potiguar se insere como um exemplo palpável dessa lógica. Os três primeiros séculos de vida urbana da cidade do Natal podem, grosso modo, se resumirem

⁴ O termo “intelectual”, empregado para esse grupo – formado principalmente por médicos, engenheiros e educadores – tem-se como justificativa que os mesmos costumavam ir além das suas linhas de atuação, uma vez que pretendiam, então, “formular uma visão geral e um modelo explicativo para o país, postulando caminhos e soluções para o que acreditavam ser a viabilização de um projeto nacional” (KROPF; HERSCHMAN; NUNES, 1996, p.8). Ou, numa abordagem mais geral, considerava-se o intelectual como “(...) sendo aquele que se reconhece e é reconhecido pelos outros como tal” (HERSCHAMN, 1996, p.12). Também se pode pensar em adotar o termo “intelectual-cientista” do Micael Herschamn (1996), uma vez que se destacaria pela sua “atuação (...) que extrapola a produção científica, realizando obras abrangentes, de cunho teórico, sociológico e literário” (HERSCHAMN, 1996, p.12).

⁵ Ao contrário dos bacharéis e beletristas, os conhecimentos técnicos desses profissionais garantiam que eles conseguissem de fato estarem à altura das questões a serem solucionadas. Sobre essa questão, ver. FERREIRA, Angela Lúcia; MEDEIROS, Gabriel Leopoldino P; SIMONINI, Yuri. Obras contra as secas: a contribuição dos engenheiros para os estudos e a construção do território no Nordeste Brasileiro (1877-1930). In: ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMERICA LATINA, 12., 2009, Montevideo. *Anais eletrônicos...* Montevideo: Gega, 2009. p. 1-17.

numa singela anedota contada desde meados do século XVIII e que permaneceu no imaginário potiguar: *Natal? Não há tal*⁶. De cidade, a capital só teria então o nome, como apregoou Câmara Cascudo (1929 apud ARRAIS, 2005). O viajante inglês, Henry Koster (1810, 2002, p.158)⁷, ao visitar Natal em 1810, afirmava que “um estrangeiro que por acaso, venha a desembarcar nesse ponto, chegando nessa costa do Brasil, teria uma opinião desagradável do estado da população nesse País, porque, se lugares como esse são chamados cidades, como seriam as vilas e aldeias?”. O aspecto de aldeia se reforçava, ainda, no fato de não haver nenhum calçamento nas ruas, tomadas por areia solta e barro. Na parte baixa, ou a Ribeira, o rio dominava a paisagem, em contraste ao aspecto vilanesco do local: “situada nas margens do rio e as casas ocupam as ribas meridionais e não há, entre elas e o rio, senão a largura da rua” (KOSTER, 1810, 2002, p.158).

A fisionomia urbana da cidade pouco mudara, setenta anos depois. Sua população não passava dos 12 mil habitantes – inexpressiva, se comparada à população total da província, que contava com 233.960 habitantes. Isso significava que a capital contava com apenas 5,13% da população total do Rio Grande. Como consequência, o número de habitações era igualmente reduzido, havendo apenas esparsas moradias dentro do seu perímetro urbano.⁸

A carência de equipamentos urbanos e as feições coloniais existentes nas ruas e nos edifícios da cidade não deixaram de ser percebidos pelos intelectuais potiguares que registravam em suas obras literárias a vida urbana da cidade. Mas, como os cronistas traduziam suas próprias ideias de cidade para espaço urbano da capital potiguar?

⁶ As fontes mais antigas conhecidas sugerem que o primeiro a realizar tal gracejo foi o bispo de Olinda, Dom João da Purificação, durante a visita *ad limina* à província em 1746. Entretanto, Câmara Cascudo (1968) aponta outro eclesiástico como o responsável pela citação. Segundo o historiador, o Frei Luís de Santa Tereza, também em 1746, havia pronunciado as seguintes palavras: “*A civitate Natali, seu NON TALI, ut attenta ejus teneutate per jocum dictur*” (Cidade do Natal, ou NÃO TAL, como em vista da sua pequenez). Cf. MARINHO, Francisco Fernandes. *O Rio Grande do Norte sob o olhar dos bispos de Olinda*. Natal: Nordeste, 2006; CASCUDO, Luís da Câmara. *Nomes da terra: história, geografia e toponímia do Rio Grande do Norte*. Natal: Fundação José Augusto, 1968.

⁷ Para se evitar possíveis confusões entre o ano da edição utilizada e o período no qual o autor escreveu, convencionou-se adotar uma adaptação às normas de citação, incluindo o ano da edição original, em itálico, quando for relevante.

⁸ Não existem informações, até então, que forneçam dados sobre o número exato de residências. O relatório do Governador Joaquim Ferreira Chaves (1896) informava à Assembleia Legislativa do Estado que a população natalense contava com aproximadamente 18.299 habitantes, dispersos em pouco mais de 1.332 km² de área urbana, em 1896. Ao se comparar com os dados do IBGE de 1920, quando Natal contava com uma população em torno de 30 mil habitantes, o número de residências era de 4.754 unidades. A título de inferência, se a proporção for mantida, no período deveria existir cerca de 1.900 residências. Cf. IBGE. *Anuário estatístico do Brasil, 1936*. Rio de Janeiro: Tipografia do Depto. de Estatística, 1936 e LIMA, Pedro. *Saneamento e modernização em Natal*: Jannuário Cicco, 1920. Natal: Sebo vermelho, 2003.

Compreender, portanto, as formas de representação literária da cidade do Natal, em fins do século XIX e início do século XX, se constitui o objetivo deste artigo.

Embora ciente da existência de vários intelectuais que escreveram – direta ou indiretamente – sobre a cidade do Natal, neste trabalho, priorizou-se como material documental de análise, fontes primárias ainda pouco estudadas como o produzido pelos cronistas Polycarpo Feitosa e o seu livro “Vida Potyguar”, Veríssimo de Mello com a obra “Natal há 100 anos passados”, Pedro de Alcântara Pessoa de Mello com o livro “Natal de Ontem: figuras e fatos de minha geração” e Aderbal França, que escreveu o livro “Vidas Profanas” e das crônicas de um dos principais expoentes do período, Henrique Castriciano, cujos textos foram reunidos no livro intitulado “Seleta”. O trabalho se estruturou, inicialmente, com algumas discussões acerca do conceito de representação e do seu emprego na leitura da cidade. Em seguida, analisou-se as obras supracitadas, buscando as prerrogativas e visões, formuladas pelos autores, sobre Natal.

REPRESENTAÇÕES, IMAGENS E CIDADE

Quando um autor externa as suas visões, na realidade, externa uma interpretação subjetiva da cidade na qual as maneiras de sentir e viver a cidade se tornam percepções construídas historicamente. Tais percepções se entrecruzam, tornando a cidade um emaranhado de espaços e de temporalidades diferentes que inspira sensações que vão da euforia avassaladora ao repúdio extremo – inclusive, há a possibilidade da coexistência desses dois sentimentos. É a partir dos olhares lançados à urbe, tomadas pelas sensações que o espaço urbano suscita, surge o desejo de transformação desse espaço visto, sentido e construído por múltiplos olhares, por múltiplos desejos. Assim, sua representação se conforma para construir uma imagem dela fundamentada em todo o arcabouço intelectual daqueles que a tomam para si como objeto de análise. Para tanto, se faz necessário entender o que seria essa representação e como se entrelaça com a formação de uma imagem desta cidade.

A representação é considerada, por Roger Chartier (1988, p.23) como a “pedra angular” da história cultural, uma vez que se permite discutir e articular três maneiras com que se constroem as relações com o mundo social: a) As operações de classificação e delimitação que os grupos sociais utilizam para construir e ou apreender a realidade; b) As práticas que implicam (e que fazem reconhecer) uma identidade social, que estruturam uma

maneira de estar no mundo e que significam (simbolicamente) uma posição e um estatuto; e c) As formas objetivas e institucionais por meio das quais os representantes (coletivos e singulares) marcam e perpetuam sua existência.

Entretanto, o que seria as representações para Chartier? Antes de mais nada, diga-se, não se conformavam uma palavra ou conceito que desempenha o mesmo papel analítico de “ideologia” ou “mentalidades”, no qual os artigos reunidos no livro “História Cultural” expressam, mas palavras do autor, uma insatisfação com a história francesa das décadas de 1960 e 1970, cujas obras estavam profundamente marcadas pela noção das mentalidades e pela abordagem serial, portanto, quantitativa (CHARTIER, 1988, p.13-14; 40-44, *passim*).

Como bem afirmou Sandra Jatahy Pensavento (1995, p.2), a definição de representação pode ser entendida como “a presentificação de um ausente, que é dado a ver segundo uma imagem, mental ou imaterial que se distancia no mimetismo puro e simples e trabalha com uma atribuição de sentido”. Essa definição se aproxima do pensamento de Chartier, ao analisar a questão da representação, mas diferenciando o representante e o representado com o intuito de construir um significado entre os mesmos, dando-lhe inteligibilidade.

Sua importância se deve no fato de revelar as estratégias dos grupos e ou das classes sociais que elaboram (ou tentam) impor suas visões e valores de mundo. Indo além, enfatiza-se que aí, nas representações, pode-se identificar “pontos de confronto” decisivos conquanto menos ou mesmo não materiais (CHARTIER, 1988, p.17-18). Outro importante ponto seria que essas representações só têm existência “‘verdadeira’ no momento em que subjazem, direta ou indiretamente, atos que objetivam a construção do mundo social” (CHARTIER, 1988, p.18).

Contudo, a problemática do “mundo como representação” evoca questões importantes para pensar as maneiras de circulação e apropriação de ideários, de modelos e de propostas urbanísticas para as cidades; assim deve-se considerar como se dá essa apropriação e como se reverte ou se traduz para aqueles que são influenciados pelas representações construídas. Dessa forma, é possível entender as relações recíprocas entre imaginação e imaginário urbano, principalmente a partir da cidade. Relações essas fundamentais, como bem lembrou Adrián Gorelik (2004, p.262): “La representación de modernidad crea realidad urbana y ella refuerza la representación de un ideal de nación: así podría decirse que funciona la relación entre ciudad y representación en esta tradición cultural”.

A representação, portanto, auxiliaria na construção de uma imagem de uma cidade, uma vez que, apesar de ser considerada uma arte temporal construída em um determinado espaço, ela não pode ser apreendida numa seqüência limitada e controlada. Daí parte-se de uma visão subjetivista daquele que a vê. Nesse sentido, o cidadão “possui numerosas relações com algumas partes da sua cidade e sua imagem está impregnada de memórias e significações” (LYNCH, 1997, p.11). Em parte, a construção dessa imagem, a partir desse aspecto subjetivo, iria incidir justamente nas formas de representá-la. Porém, Kevin Lynch (1997, p.12) nos adverte sobre as limitações dessa representação, já que “na maior parte das vezes, a nossa percepção da cidade não é íntegra, mas sim bastante parcial, fragmentária, envolvida noutras referências”.

Igualmente não é possível conceber uma homogeneidade na construção representativa da cidade. Segundo Lynch (1997), se faz necessário ter um consenso grupal sobre qual imagem será empregada para que se possa pensar na intervenção espacial no meio urbano. Ou seja, a elite constrói uma imagem de cidade para atender seus interesses, principalmente quando é a única que produz e reproduz ideários a partir dos intelectuais que participam de seus círculos sociais. Em seguida, busca externar esse ideal com a elaboração de projetos de intervenção, com visos a adequar a cidade a sua visão.

Na busca pela representação feita por esses intelectuais, é possível estabelecer uma relação na qual,

(...) o desenvolvimento da imagem é um processo duplo entre o observador e o observado, [e] é possível reforçar a imagem, quer através dos projetos simbólicos, quer através do exercício contínuo do receptor, quer através da remodelação do ambiente de cada um (LYNCH, 1997, p.21).

No caso, procura-se, para o estudo intra-urbano⁹, os projetos simbólicos de um determinado grupo social que se influenciariam no desenho urbano da cidade, com o intuito de retirá-la do plano das idéias e lançá-la para o plano real. Ou seja, pôr em prática a partir de ações propositivas. Contudo, a imagem da cidade ideal representada nem sempre se configura de maneira adequada, uma vez que “devido à intensidade nela vivida [a cidade], à reunião de

⁹ A definição de intra-urbano, aqui exposta, se aproxima da proferida por Flávio Villaça (2001, p.20) que o entende com um espaço “estruturado fundamentalmente pelas condições de deslocamento do ser humano, seja enquanto portador da mercadoria força de trabalho, como no deslocamento casa/trabalho, seja enquanto consumidor, reprodução da força de trabalho, deslocamento casa-compras, casa-lazer, escolas, etc”.

gente tão díspar, a cidade é um local romântico, rico em pormenores simbólicos” (LYNCH, 1997, p.132).

Ao adentrar nesses pormenores simbólicos no qual a cidade é imaginada e representada, é possível entender como a visão de mundo dessas “testemunhas privilegiadas” tenta se tornar realidade. Há uma representação, segundo Marcel Roncayolo (1990 apud PENSAMENTO, 1995), que é gerida por um sistema de idéias daqueles que “fazem a cidade” e que está ligada a visão ideal da urbe. Pertence a esse grupo a elite letrada e compõe-se principalmente dos profissionais que atuam na cidade. Dessa forma,

(..) estes “produtores do espaço” concebem uma maneira de construir e/ou transformar a cidade, através de praticas definidas, mas também constroem uma maneira de pensá-la, vivê-la ou sonhá-la. Há a projeção de uma “cidade que se quer”, imaginada e desejada, sobre a cidade que se tem (RONCAYOLO, 1995 apud PENSAMENTO, 1995, p.283).

Nesse sentido, a busca por um sentido na representação urbana nos cronistas de uma determinada época permite uma análise não somente do tipo de cidade que desejavam, como também uma visão própria da realidade física que os cercavam. E aqueles que escreveram sobre Natal não fugiram dessa regra.

OS INTELLECTUAIS E A REPRESENTAÇÃO ESPACIAL DE NATAL

O livro de Veríssimo de Melo foi publicado originalmente em 1972 pela Revista do Instituto de Ciências Humanas, da Universidade do Rio Grande do Norte e reeditado, em 2006, pelo Sebo Vermelho. Trata-se de um estudo do livro "Memórias e Devaneios", de Lindolpho Câmara¹⁰, lançado em 1938, no Rio de Janeiro e que traça, segundo Melo, uma breve radiografia sobre a cidade, em 1872.¹¹

A primeira impressão que o autor nos informa é a escassa população da capital, apenas 12 mil habitantes – inexpressivo, se comparado a população total do estado que contava com

¹⁰ Os poucos dados biográficos que Melo nos dá sobre o autor é que era “ligado à tradicional família Câmara, do Estado, tendo exercido postos os mais elevados no funcionalismo provincial e federal”. (MELO, 1972, 2006, p.10).

¹¹ Infelizmente, não foi possível encontrar a obra original. Dessa forma, a falta de um rigor metodológico de Veríssimo de Melo para a análise da obra original dificultou saber quem fala, se o próprio Melo ou Lindolpho Câmara, apesar da existência de algumas passagens distintas. Seja como for, é importante enfatizar tal fato, uma vez que se percebe uma manutenção de uma idéia que não se modificou com o passar do tempo. Logo, manteve-se – mesmo cem anos depois – o pensamento que Natal só se tornou cidade a partir do período republicano, idéia que o primeiro autor evidencia e o segundo justifica.

233.960 habitantes, conforme dito anteriormente. A parca população então residente em Natal acarretava em poucas moradias, dentro do seu reduzido perímetro urbano e logo visto como fruto de um desenvolvimento urbano incipiente (FIGURA 1). Da mesma forma, a economia também teria a sua participação, uma vez que Câmara vai associá-la diretamente a falta de equipamentos urbanos: “os que aqui nascem, diz o autor, em face da precariedade do meio, só tinham condições de ser pescadores, roceiros e soldados da polícia. O comércio era pobre. Não havia água encanada, nem esgoto, nem luz” (MELO, 1972, 2006, p.11).

O olhar que o autor passa pela cidade destaca os principais prédios: A Casa de Câmara e Cadeia, o Erário e as Igrejas de Nossa Senhora da Apresentação, Rosário dos Pretos e Santo Antônio – todos localizados na Cidade Alta, exceto a Casa dos Governadores, na Ribeira. E percorre as principais ruas: Tatajubeira, das Virgens, das Laranjeiras, Rua Grande, da Palha, Nova, dos Tocos, Uruguaiana e Beco Novo. Aponta uma única praça, a da Alegria e dois logradouros públicos, o Baldo e o cais. É interessante apontar a ausência de menção a Praça André de Albuquerque, considerada o marco zero da cidade, na sua descrição.

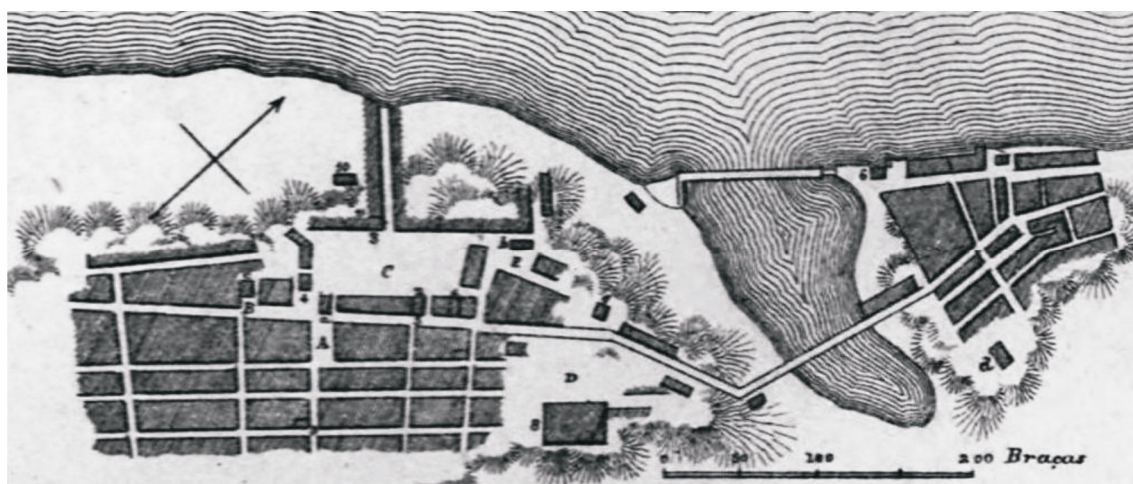


Figura 01 – Cidade do Natal, em 1868. É possível inferir que, oito anos depois, pouco mudara na sua fisionomia urbana, encontrando-se nessa forma quando Lindolpho Câmara escreveu o seu livro.

Fonte: ALMEIDA, 1868.

Sobre os dois mercados públicos da cidade, Câmara enfatizou a inexistência de edificações para tal fim, reforçando uma visão de uma vila interiorana e não de uma capital provincial: “os dois mercados existentes eram precários: o da Ribeira funcionava debaixo de uma velha *tatajubeira*. O da Cidade Alta sob *‘frondosas gameleiras’*” (MELO, 1972, 2006, p.14, grifos nossos). A relação com o meio natural igualmente encontra vazão na ideia de uma

cidade profundamente marcada pela existência de uma vegetação que se impõe sobre o meio construído, na medida em que vai inventariando a grande quantidade de árvores frutíferas espalhadas nas regiões circunvizinhas e alertando que para “colher essas frutas, havia de enfrentar inimigos traiçoeiros nos matos: as formigas de fofo, cobras nas moitas e vespas nas galhadas” (MELO, 1972, 2006, p.15-16).¹²

A vida social – ou a falta dela – também é retratado por Lindolpho Câmara. Seu olhar se fixa na falta de clubes recreativos na cidade e que, por isso, era comum que as festas se dessem no ambiente caseiro, denominadas de “Tertúlias” (MELO, 1972, 2006, p.22).¹³ A visão espacial que o autor tem da cidade não foge da imagem retratada de seus contemporâneos e cronistas. O autor não via uma, mas duas cidades – a Alta e a Baixa –, separadas pela ladeira íngreme, ao mesmo tempo em que fomentaria a criação das tradicionais disputas entre os Xarias e os Canguleiros. Numa passagem em particular, o livro retratou uma anedota que ilustra bem a fragmentação da cidade era percebida e vista como um estorvo no seu cotidiano:

O Presidente da Província, com o seu séquito, partia a pé, do Palácio, (na rua do Comércio, na Ribeira), subia a ladeira e vinha abrir a sessão da Assembléia Legislativa, na Cidade Alta. Diz ele: “... chegavam esbaforidos, suarentos, que quase nem podiam subir as escadas do edificio...”. Finda a cerimônia, tornavam pela mesma rota ao Palácio (MELO, 1972, 2006, p.33).

E complementou afirmando que as cerimônias de casamentos e de enterros ocorridos na cidade igualmente enfrentavam essa dificuldade. Assim, a cidade de Câmara era uma cidade que pouco tinha a oferecer e por isso Veríssimo de Melo concluiu: “Era, positivamente, uma cidade pobre, desprovida dos mais elementares ao desenvolvimento urbano” (MELO, 1972, 2006, p.34).

Passados dezessete anos, outro cronista representaria a cidade, em sua obra, com a mesma visão de Lindolpho Câmara. No livro “Vida Potyguar”, Antônio José de Melo e

¹² Cabe observar que Melo (2006) se aproveita para classificar as árvores frutíferas de acordo com a sua disponibilidade, em 1972: a) ainda abundantes: mangabeiras, cajueiros e pés de cajarana; b) difíceis de encontrar: pés de maçarandubas, gerabirabas, camboins, ingás de corda e oitizeiros; e c) desconhecidas: pés de ubai e guajerus. Isso sugere os danos ambientais causados pelo potyguar que não possuía preocupação preservacionista, ou nas palavras da época, *conservacionista*.

¹³ Com efeito, apenas em 1893 encontra-se notícias de um *club* recreativo na cidade –localizado numa casa alugada. Cf. ARRAIS, Raimundo; ANDRANDE, Alenuska; MARINHO, Márcia. *O corpo e a alma da cidade: Natal entre 1900 a 1930*.

Souza¹⁴ – sob o pseudônimo de Polycarpo Feitosa –, não pouparia críticas ao retratar a cidade. Logo no início do seu livro, Feitosa (1899, s.d., p.9-10) descreveu como o estrangeiro via Natal ao adentrar no cais Pedro de Barros ou pela “arapuca da Alfândega”. Se o forasteiro tencionava encontrar uma “vegetação luxuriante, a floresta esplêndida, sombria e intrincada, cuja verdura incomparável e perpétua tenta [que] seduzir [o estrangeiro]”, existente na Amazônia ou em outras regiões do país, a busca era em vão.

Se o forasteiro não encontrava um manto verde cobrindo a costa, o leitor – ou estrangeiro – deveria então encontrar uma cidade. Todavia, o autor desvela sua ironia ao afirmar que “outra coisa que o estrangeiro não vê é a cidade” (FEITOSA, 1899, s.d., p.11). Assim, com uma frase, Feitosa resumiu sua representação sobre Natal, uma cidade apenas para o matuto, o homem do interior que chega nela para obter alimentação, vestuário e notícias da política. Enfim, a clama de “Metrópole Indígena” e, mantendo a ironia, retoma o velho trocadilho, “Não há tal” (FEITOSA, 1899, s.d., p.11).

Quando descreve a cidade, busca fazê-lo em esparsas linhas como se pouco tivesse para falar sobre ela. Suas palavras encerram, novamente, uma visão pejorativa, como se Natal não fosse, de fato, uma cidade. Sua percepção traduz a representação de uma época que estava buscando meios de se modernizar, de se tornar de fato uma cidade e não uma,

Modesta capital, dividida em dois pequenos bairros de ruas impossíveis, ou sem calçamento ou grosseiramente calçadas de pedra bruta, sem edifícios, sem jardins, com pequeno comércio e nenhuma indústria, [que] parecerá mais uma vila pacata de interior do que uma capital marítima. (FEITOSA, 1899, s.d., p.12, grifos nossos).

Ademais, a busca pela transformação e modernização da cidade estava restrita, segundo o autor, a uma pequena parcela da população. Não havia uma comoção para, de fato, reconfigurar a cidade ao ideal almejado, isto é, ao modelo europeu de cidade. Ao invés disto, o potiguar, “(...) vive como quem espera que os melhoramentos de qualquer espécie, os benefícios, o progresso lhe caiam prontos e sem trabalho seu, do alto do céu ou do alto do governo” (FEITOSA, 1899, s.d., p.13). De fato, a historiografia urbana de Natal demonstra a pouca participação popular no sentido de “embelezar” ou “aformosear” a cidade. Isso sugere

¹⁴ Nascido em 1867, foi duas vezes governador do Estado – 1907 a 1908 e 1920 a 1924 – e senador, durante a República Velha. Como intelectual ele foi escritor, jornalista, poeta, historiador, contista e romancista. Destaca-se as obras "Flor do Sertão" (1928), "Gizinha" (1930) e "Alma Bravia" (1934). Faleceu em 1955. A obra “Vida Potyguar” de sua autoria, escrita em 1899, foi reeditada pelo Sebo Vermelho que não incluiu a data dessa edição – provavelmente na primeira década do século XXI.

que somente a elite natalense, incluindo seus intelectuais, encamparam esse ideal e tentaram pôr em prática os seus projetos – principalmente a partir do primeiro Governo de Alberto Maranhão.

Nesse ínterim de mudanças, no início do século XX, Natal começou a ganhar novos contornos urbano-arquitetônicos com diversas, e pontuais, reformas na cidade. Concomitantemente, outro intelectual deixava as suas impressões sobre a capital potiguar. Considerado um dos maiores intelectuais do seu período, Henrique Castriciano¹⁵ registrou suas impressões em diversos artigos – muitas vezes com a adoção de pseudônimos – tratando dos mais variados assuntos. E, principalmente, não se furtou em criticar tanto a sociedade natalense com sua vida social indolente como a própria cidade, considerada por ele, um reflexo dessa incipiência.

Em 1903, Castriciano traçou um perfil dos costumes da cidade, comparando-os a uma enfermidade. Além disso, acusava o natalense de ter como única diversão “(...) fallar da vida alheia na igreja, nas ruas, no teatro, nos bailes, em qualquer parte em que nos achamos, os homens e as senhoras, claramente divididos, parecem pessoas que se conhecem de pouco tempo ou que se detestam mutuamente” (CASTRICIANO, 1903, 1993, p.185)¹⁶. Em outro artigo¹⁷, Castriciano defendia uma ligação mais estreita entre o convívio social e a esfera da vida privada. Sua argumentação enfatizava que, dessa união, surgiria um resultado positivo tanto para a sociedade como para a cidade; assim, para lutar contra o “viver bisonho”, deveria se evitar a “(...) vida entre os cochichos da vizinhança e a contemplação *nervanica das ruas desertas*” (CASTRICIANO, 1908, 1993, p.264, grifos nossos).

Tal como Polycarpo Feitosa, Henrique Castriciano se colocou no lugar do viajante que chegava em Natal pelo mar. Sua primeira impressão, afirmava, era similar ao aportar numa “aldeia pittoresca, naturalmente cheia de movimento, de graça e de vida”. Contudo, ele personifica outra cidade na medida em que o visitante continuava a observar uma cidade que mais parecia “(...) umas coisas agachadas, fundos ignobeis de armazens antigos, de aspectos

¹⁵ Filho de Eloy Castriciano de Souza e irmão da poetiza Auta de Souza, Castriciano estudou principalmente em colégios pernambucanos. Ocupou diversos cargos políticos, sendo os de maior destaque o de vice-governador durante os governos de Joaquim Ferreira Chaves (1914-1920) e de Antônio José Melo e Souza (1920 – 1924). Dentro da esfera cultural foi o primeiro pesquisador que tratou sobre cultura potiguar e escreveu diversos textos sobre o cotidiano potiguar, além de ter tido incisiva participação para a implementação de uma educação voltada para as mulheres, com a criação da Escola Doméstica.

¹⁶ Nesse artigo, *Aspectos Natalenses, crítica dos costumes*, utilizou o pseudônimo de José Braz. A ortografia e a pontuação das citações deste trabalho foram mantidas de acordo com os documentos originais, inclusive os eventuais erros tipográficos e de redação, desde que estes não comprometam o entendimento do texto.

¹⁷ Intitulado *Palestras* e sob o pseudônimo de João Cláudio.

sinistros, recordando velhos em ceroulas com laços sujos de tabaco às costas arranhadas pelo tempo e pela falta de anseio”. E, ao caminhar pela cidade, ainda se deparava com casas que poderiam ser comparadas a “indivíduos que não cumprem a mais elementar das praticas higienicas, – que não lavam a cara” (CASTRICIANO, 1903, 1993, p.185).

Mesmo com o início de sucessivas reformas e o aparente desenvolvimento econômico e urbano, Castriciano (1907, 1993, p.223), num artigo dedicado a memória do poeta Lourival Açucena, continuava a representar Natal de forma pejorativa: “esta [a capital] alargou-se, estendeu-se, porém os melhoramentos não alteraram a sua physionomia de aldeia”. Para resolver essa questão, apontou diversas medidas saneadoras, como a constituição de vias de comunicação (marítima e férrea) que incrementaria o comércio da cidade. Outro importante ponto para o autor seria justamente o que mais faltava à cidade: a constituição de uma estética moderna que concorresse para o progresso e para a civilização (CASTRICIANO, 1907, 1993).

E sobre os melhoramentos empreendidos em Natal, continuou Castriciano (1907, 1993, p.225), a afirmar que as escassas reformas até então realizadas, naquele momento, ainda não eram suficientes para transformar a cidade em uma Cidade, nem os seus habitantes em cosmopolitas:

Contudo, o jardim, o teatro, o calçamento e o nivelamento de certas ruas, especialmente a da Avenida Rio Branco, deram-nos um ar mais distinto, embora o conjunto da cidade, desde as casas mal construídas até o aspecto dos habitantes, deva impressionar pouco satisfatoriamente o viajante que notará logo a nossa curiosidade matuta.

Graças às séries de “melhoramentos”, “aformoseamentos” e “ajardinamentos” empreendidas pelo governo, o ideal de modernização, almejado pelas elites, se concretizou, durante a considerada *Belle Époque* Natalense¹⁸ e, de fato, alterou a fisionomia da cidade. Alterou em parte, uma vez que somente determinadas áreas da cidade foram remodeladas e procuravam atender os interesses de uma pequena parcela da população – certamente, os mesmos que tanto apregoavam a sua mudança.

¹⁸ Sobre esse período, ver ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenuska; MARINHO, Márcia. *O corpo e a alma da cidade: Natal entre 1900 e 1930*. Natal: EDUFRN, 2008.

Na década de 1920, Adherbal França¹⁹ escreveu o livro *Vidas Profanas* uma série de crônicas sobre os mais variados assuntos, e dentre elas uma, em particular, lança o seu olhar sobre cidade. Intitulada *Chronica de Natal*, França (1926, p.9) – tal como os seus antecessores – pouco se detém a descrever a cidade. Afirma ter a cidade nascida “de causas naturais”, com casas construídas em palha e taipa além de ruas desalinhas e com o passar do tempo, segundo o autor, a ordem impôs novas ruas e Natal, assim, cresceu.

Todavia, o que a princípio revelava o prenúncio de melhorias na vida urbana, França (1926, p.10) logo a compara a um doente, ou uma árvore moribunda, sem forças para o seu desenvolvimento:

Era, porem, como ainda hoje, anêmica. Faltava-lhe sangue forte bastante nas artérias. Tanta lucta, mas pouco tonico! Mesmo assim, foi vivendo e hoje, mais sadia, amanhã terá seiva bastante para desenvolver sem delíquios malfadados o seu pobre organismo.

Mesmo assim, apesar do seu “pauperismo insano que a detem”, Natal, a seu ver, era uma cidade bonita (FRANÇA, 1926, p.11). Contudo, o cronista não descreve a cidade ou o seu conjunto arquitetônico. Para ele, a cidade percebida era a cidade do movimento, das ruas. Prefere falar dos bondes – inicialmente puxados por animais e depois movidos à eletricidade – e do impacto da inserção de novas tecnologias na sociedade natalense. O espaço, segundo o autor, não pertencia mais ao homem e sim a máquina.

A cidade veloz de Adherbal França era a Natal que se voltava para as ruas e não para dentro de suas residências. A diversão se encontrava não mais nas tertúlias, mas nos salões do Carlos Gomes e do “cinematographo”: “O cinema e o teatro que constituem o chic nas modernas democracias, a essa época causavam sensação. (...) O cinema, porem, como attractivo indispensável da civilização, venceu, tornou-se diário e multiplicou-se” (FRANÇA, 1926, p.12).

O automóvel aparece na crônica de França como o principal transformador e redentor da cidade. Nas partes finais da sua crônica, França (1926, p.13) estabeleceu a relação entre o carro e a cidade, dando indícios da futura e intrínseca dependência que o planejamento urbano teria para com ele:

¹⁹ Jornalista, fundador, em 1929, da Revista *Cigarra* e ativo colaborador do jornal *A República*. Sobre suas crônicas, cf. OLVEIRA, Giovana. *A Cidade e a Guerra: a visão das elites sobre as transformações do espaço da cidade do Natal na Segunda Guerra Mundial*. Tese, 2008.

O automóvel realiza tudo multiplica a riqueza pela simplificação dos negócios. Embelleza a cidade pela transformação dos aspectos e engrandece-a com a velocidade de um transporte rápido e ultra-moderno. Tudo se consegue a custa do seu prestígio.

E, por fim, sentencia:

O automóvel é, pois, o grande civilizador. E Natal, está, déveras, na era do automóvel. Agora, deve aguardar a do aeroplano. Esta, porem é ainda problemática. *O automóvel será sempre a grandeza das cidades, o mágico transformador das gentes e dos costumes.* (FRANÇA, 1926, p.13, grifos nossos).

Em 1962, Pedro de Alcântara Pessoa de Mello²⁰, proferiu uma palestra nos salões da Academia Norte-Riograndense de Letras que resultaria no livro intitulado “Natal de Hontem: figuras e fatos de minha geração”. Com um forte tom memorialístico, o livro discorre sobre os fatos e momentos importantes para Mello, durante o primeiro decênio do século XX, em Natal.

Sobre a cidade, a descreve, em linhas gerais, como de “topografia escassa, reduzida. Poucas ruas calçadas (...) limites de pequena extensão. Na Ribeira a cidade terminava à altura da rua Silva Jardim e terrenos adjacentes ao cais do porto. Além, falava-se nas Rocas – escassos ranchos de pescadores isolados pela distância” (MELLO, 1962, 2006, p.4). Da mesma forma que tantos outros, Mello constrói a idéia de uma pequena cidade, tranqüila e com dois bairros. A Cidade Alta terminava no Baldo e para além deste, ficava o Cemitério e o Lazareto, separados por uma “ladeira arenosa, esburacada pelas chuvas”. Primeiro, dentre os autores assinalados, a falar sobre o Alecrim: “à atual igreja de São Pedro havia à direita de que sobre um projeto de rua – meia dúzia de casebres” (MELLO, 1962, 2006, p.4).

Tal qual seu conterrâneo, Henrique Castriciano, também se ressentia pela falta de diversões. Não havia um teatro edificado e quando uma companhia teatral chegava à cidade, fazia-se uso de um armazém, na Rua Chile que após as encenações “voltava então à solidão antiga” (MELLO, 1962, 2006, p.5). Apesar dessa falta, a cidade possuía os seus espaços de convivência. Pedro de Alcântara Mello as retrata a partir dos “Cantões” (Figura 2), locais

²⁰ Não há uma biografia escrita sobre esse intelectual. As informações encontradas se referem as obtidas nos diários oficiais do Brasil, entre 1909 e 1940, disponíveis em < <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/busca?q=Pedro+de+Alc%C3%A2ntara+Pessoa+de+Mello&s=diarios> >. Formado em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro em 1909. Em seguida, incorporou-se ao exercito e após mais de 25 anos de serviço, entrou para a reserva como Coronel Médico, em 1940.

onde diversas personalidades se reuniam nas calçadas em frente às residências dos mais eminentes da época para lá conversar sobre os mais variados assuntos, principalmente da política. Ao elencar os principais, Mello vai tecendo uma cidade composta de pessoas, de práticas sociais pelas ruas e pelas praças de Natal: Praça da Alegria, Rua Nova, Vigário Bartolomeu, Junqueira Aires, além de dois cantões na Ribeira, que não eram associados às ruas, mas a pontos de referência – um em frente a farmácia de Zé Gervásio e outro na vizinhança do Hotel Internacional (MELLO, 1962, 2006).



Figura 02 – Praça da Alegria – atual Praça João Maria – em 1904. Um dos locais de reunião dos Cantões que Mello menciona.

Fonte: BOUGARD, 1904 – Acervo do IHGRN

Todos esses olhares, essas ideias que atravessaram décadas construíram uma representação marcada por uma ânsia de transformar a cidade que foi, aos poucos, se modificando numa nova cidade. Contudo, essa negação do passado e a busca do efêmero novo trouxe aos natalenses um pensamento que foi sintetizado nas palavras de Cascudo “Uma cidade sempre nova”²¹, com sérias consequências para o patrimônio histórico de Natal.

²¹ Ver LIMA, Pedro. *Cidade sempre nova e outros escritos*. Natal: Plena, 2008.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre fins do século XIX e início do XX, a palavra Progresso – definida por Raimundo Arrais, (2009, p.159) como uma “ideologia que associa técnica e ciência a serviço do capitalismo” – foi estreitamente relacionada ao desenvolvimento das cidades. Isso também acarretou numa elaboração de sensações e representações que perpassam as fachadas dos edifícios e das avenidas e calçadas. Outras formas de intervenção na cidade também se efetivaram como a adoção de códigos de posturas, retirada dos pobres dos centros, enfim de “exigências morais, higiênicas e estéticas imperiosas se impunha diante do ‘ser’ e ‘parecer’ moderno” (PESAVENTO, 1995, p.288).

É certo que nem sempre o objetivo real da idealização é atingido e, por conseqüência, somente uma parte da cidade se tornou o desejo concretizado de parte dessa sociedade. Quando se traduz uma cidade a partir de um discurso, há um fenômeno de percepção que adentra certo conjunto de “lógicas sociais”. Dessa forma, ao se apoiar em Christian Montlibert, Pesavento (1995) afirma que, para ser provocado esse processo, necessariamente, outros fatores também incidem sobre o mesmo, tal como os julgamentos sociais, as vivências, as lembranças e as posições estéticas – que, de certa maneira, seria o suporte para a o *habitus*, defendido por Pierre Bourdieu (PESAVENTO, 1995). Assim sendo, as representações teriam um viés concreto que se opera de forma imprevisível a nossa própria condição social.

Pierre Bourdieu (1982 apud PESAVENTO, 1995, p.288), ao tratar da representação do mundo social, defende que:

As representações do mundo social assim constituídas, que classificam a realidade e atribuem valores, no caso ao espaço, à cidade, aos bairros, aos habitantes da urbe, não é neutra, nem reflexa ou puramente objetiva, mas implica atribuições de sentidos em consonância com relações sociais e de poder.

As classificações adjetivas da cidade são atribuídas, dessa maneira, a partir da visão daqueles que vivem a cidade. E essa visão é, muitas vezes, percebida e traduzida pelos “leitores privilegiados” da cidade, ou seja, os artistas. Nessa lógica, dentre eles os escritores são os que mais deixaram registros de suas impressões sobre determinados períodos da vida cidadina.

E como seria possível resgatar essas sensibilidades passadas e as construções representativas de pessoas que viveram sob um olhar tão diferente do nosso? Sobre esse

impasse, sugere-se que, em primeiro lugar, deve-se levar em consideração de que não existe uma cidade, mas muitas cidades, dentro de si mesma.

Dessa forma, os intelectuais natalenses, representaram Natal a partir de suas próprias formas de visão de mundo. A busca pelo moderno, pelo “civilizado” foi então projetada na pequena capital que ainda possuía ares coloniais. Visto como um atraso, percebia-se a própria arquitetura e a forma urbana como um reflexo da vida do natalense e, portanto, representado pelos autores, freqüentemente, de forma pejorativa.

Igualmente verifica-se que os autores pouco se estendem em suas descrições sobre a cidade limitando-se a uma exposição geral e sucinta. Suas observações sempre encontravam uma cidade acanhada e indolente, ora sem forças para lutar contra a natureza ao redor, ora desprovidas de árvores ou sombras. A cidade, que deveria ser várias cidades a partir do olhar subjetivo se torna uma só cidade, ou melhor, um aglomerado urbano que não deveria ser denominada de cidade ainda. Assim, o trocadilho sempre se reverbera nas cônicas: *Não há tal*.

A aparente unidade encontrada nas representações demonstra que o ideal moderno era homogêneo entre eles. A diferença se fundamenta em qual base a cidade era percebida; para uns era a cidade das sociabilidades enquanto para outros, era a cidade do movimento e da circulação. De qualquer forma, buscava-se algo que Natal não possuía e sua carência determinava uma relação quase dialética entre homem e cidade. Uma cidade sem atrativos, sem convívio social, sem equipamentos urbanos, enfim uma verdadeira aldeia no lugar de uma capital. Essa representação clama em suas entrelinhas por uma mudança no viver e na cidade; suas críticas provocam o leitor a indignação e, infere-se, na busca pela sua reação.

Assim, portanto, encontra-se nas obras assinaladas um choque entre a cidade ideal, almejada pelos autores, e a cidade real construída de “forma natural”. Ademais, clamavam pelas mãos imperiosas do Progresso e da Ordem, sob os auspícios do Estado, que poderiam levar adiante a construção de uma Cidade que, retomando o que afirmou Câmara Cascudo (1946, 1999), durante três séculos possuía apenas o nome...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Cândido Mendes. *Atlas do Império do Brazil*: compreendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitoraes e judiciárias. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomatico, 1868.

ARRAIS, Raimundo. O mundo avança! Os caminhos do progresso na cidade de Natal no início do século XX. In: BUENO, Almir de Carvalho (org.). *Revisitando a História do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN, 2009. p.159-193.

ARRAIS, Raimundo; ANDRANDE, Alenuska; MARINHO, Márcia. *O corpo e a alma da cidade: Natal entre 1900 a 1930*. Natal: EDFURN, 2008.

CASCUDO, Luís da Câmara [1946]. *História da Cidade de Natal*. Natal: IHGRN, 1999.

CASTRICIANO, Henrique [1892-1922]. *Seleção: textos e poesia*. ALBUQUERQUE, José Geraldo (Org). Natal: Escola Doméstica, 1993.

CHARTIER, Roger. *A história Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

FEITOSA, Polycarpo [1899]. *Vida Potyguar*. Natal: Sebo Vermelho, [s.d.].

FRANÇA, Adherbal. *Vida profana*. Rio de Janeiro: Papelaria Brasil, 1926.

GORELIK, Adrián. *Miradas sobre Buenos Aires: historia cultural y critica urbana*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2004.

HALL, Peter. *Cidades do Amanhã*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

HERSCHMANN, Micael. Entre a insalubridade e a ignorância. A construção do campo médico e do ideário moderno no Brasil. In: KROPF, Simone; HERSCHMANN, Micael; NUNES, Clarisse. *Missionários do Progresso: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro (1870 – 1937)*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

HERSCHMANN, Michael; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O imaginário moderno no Brasil. In: _____. *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

KROPF, Simone; HERSCHMANN, Micael; NUNES, Clarisse. Introdução. In: _____. *Missionários do Progresso: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro (1870 – 1937)*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. A cidade controlada: Santos 1870 – 1913. In: PECHMAN, Robert; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (org.). *Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p.311-330.

LIMA, Pedro. *Cidade sempre nova e outros escritos*. Natal: Plena, 2008.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MELLO, Pedro de Alcântara Pessoa [1962]. *Natal de ontem: figuras e fatos da minha geração*. Natal: Sebo Vermelho, 2006.

MELO, Veríssimo [1872]. *Natal há 100 anos passados*. Natal: Sebo Vermelho, 2006.

OLVEIRA, Giovana. *A Cidade e a Guerra: a visão das elites sobre as transformações do espaço da cidade do Natal na Segunda Guerra Mundial*. 2008. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito Além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n.16, 1995. p.279-290.

SCHORSKE, Carl. *Pensando com a história: Indagações na passagem para o modernismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil*. v.3: República, da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano*. São Paulo: Studio Nobel, 2001.